

Pregão Eletrônico nº 000243-23

ANEXO V- MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Quadro resumo	Fornecedor
	CNPJ
	Representante
	Objeto
	Validade
	Preço global
Anexos	A – Quadro de preços registrados B – Formulário para fornecimento

O SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS, com sede na Rua dos Tupinambás, nº 956, Centro, Belo Horizonte, Minas Gerais, neste ato representado por seu(sua) *Escolher um item., Escolher um item.,* na qualidade de Instituição Gerenciadora, nos termos da Resolução Sesc nº 1.252/2012, **RESOLVE** registrar os preços constantes do Anexo A desta Ata de Registro de Preços, para a execução do(s) item(ns) do Edital Pregão Eletrônico Sesc em Minas nº 000243-23, com critério de julgamento por menor preço por lote, observadas as condições enunciadas nas cláusulas que se seguem.

1. Objeto

1.1. Constitui objeto deste instrumento a formação de Ata de Registro de Preços para aquisição, sob demanda, de componentes de insumo e equipamentos de impressora 3D para as unidades do Sesc em Minas, Gerência de Educação e Gerência Corporativa de Eventos, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais anexos do Edital de Licitação.

1.2. Constituem partes integrantes e indissociáveis deste instrumento, independentemente de transcrição, o Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Sesc em Minas nº 000243-23 e seus anexos, bem como o Quadro de Preços Registrados (Anexo A), Formulário para Fornecimento (Anexo B) e demais documentos do processo licitatório.



2. Da Validade Do Registro De Preços

2.1. O prazo de entrega do objeto do presente contrato deve observar o disposto no Termo de Referência.

2.2. A presente Ata terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

2.3. A presente Ata poderá ser prorrogada, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc (Resolução do Sesc nº 1.252/12), até 60 (sessenta) meses, desde que a pesquisa de mercado demonstre que o preço registrado atualizado se mantém vantajoso a cada prorrogação.

- a. Prorrogada a Ata de Registro de Preços, ficam restabelecidos seus termos e condições iniciais, inclusive os quantitativos.

3. Do preço

3.1. Os preços registrados são aqueles constantes do Anexo A deste instrumento, e neles já estão inclusas todas as despesas direta e indiretamente relacionadas ao fornecimento, inclusive transporte, tributos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e previdenciários, entre outros.

3.2. Os preços registrados serão fixos pelo período de 12 (doze) meses, ressalvadas as exceções previstas nesta Ata.

3.3. A Instituição Gerenciadora convocará o Fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

3.3.1. Caso seja frustrada a negociação, o Fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido.

3.3.2. Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, a Instituição Gerenciadora poderá convocar os demais fornecedores classificados, nas mesmas condições ou revogar a Ata ou parte dela.

3.4. Havendo requerimento do fornecedor, os preços registrados poderão ser reajustados a cada prorrogação, desde que transcorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses da proposta, tendo como limite máximo a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou, no caso de sua exclusão, de outro índice que venha a substituí-lo.



4. Do reequilíbrio econômico-financeiro

4.1. A recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro da Ata poderá ser requerida pelo fornecedor em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, desde que gerem impacto relevante no ajuste firmado entre as partes, e inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, cabendo à Instituição Gerenciadora a análise e conclusão acerca do seu cabimento e pertinência.

- a. O ônus de comprovar de maneira inequívoca a observância de todos os critérios estabelecidos nesta cláusula é do fornecedor;
- b. Deverá haver comprovação de impacto individualizado na Ata, a partir da demonstração do efetivo pagamento a maior dos itens sobre os quais se pretende o reequilíbrio;
- c. É necessário comprovar impacto extraordinário que ultrapasse os índices de reajustamento previstos em Ata;
- d. A variação do índice de reajuste para o período será descontada do cálculo de reequilíbrio ou implicará no deslocamento do termo inicial de 12 (doze) meses de eventual reajuste para a data da assinatura do aditivo de recomposição.
- e. O reequilíbrio será concedido a partir da data do requerimento formalizado pelo fornecedor;
- f. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro não suspende a execução da Ata e não autoriza o fornecedor a deixar de cumprir ou retardar suas obrigações contratuais, o que pode gerar a aplicação de penalidades.

5. Condições de fornecimento/recebimento

5.1. O Fornecedor será obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.

5.2. A solicitação para fornecimento dos produtos será realizada pela Instituição Gerenciadora, obedecidos os prazos e condições do Termo de Referência, sendo encaminhada por qualquer meio idôneo ao Fornecedor, tais como memorando, ofício, e-mail ou sistema próprio do Fornecedor, devendo dele constar a data, o fornecimento que deverá ser feito, o prazo, e assinatura do responsável.



5.3. É obrigatória a emissão de nota fiscal/fatura para todos os fornecimentos realizados.

5.4. O Fornecedor é obrigado a providenciar às suas expensas a substituição do produto rejeitado no prazo estipulado pela Instituição Gerenciadora, sob pena da aplicação de sanções.

5.5. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade do Fornecedor por eventuais defeitos ou vícios intrínsecos.

5.6. Quando do recebimento do Formulário para o Fornecedor enviado pela Instituição Gerenciadora, o Fornecedor deverá colocar na cópia que o acompanhar, a data e o horário em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

5.6.1. A cópia do Formulário para o Fornecedor deverá ser devolvida para a unidade requisitante, a fim de ser anexada ao processo de administração da Ata.

5.7. O Fornecedor da presente Ata fica obrigado a aceitar o acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o último quantitativo demandado no Pedido ao Fornecedor - PAF.

6. Da subcontratação

6.1. É admitida a subcontratação nas condições previstas no Termo de Referência.

6.2. A execução e qualidade do serviço ou fornecimento subcontratado continuarão inseridos na esfera de responsabilidade do Fornecedor, que responderá integralmente por eventuais inadequações, vícios e/ou falhas.

7. Do pagamento

7.1. A Instituição Gerenciadora pagará ao Fornecedor o valor apurado conforme o fornecimento realizado, e desde que cumpridos os prazos previstos neste instrumento e nos seus Anexos.

7.2. A emissão de Nota Fiscal deverá ocorrer conforme orientação da Instituição Gerenciadora, que observará as exigências legais para o produto e a eventual necessidade de conferência prévia.



7.2.1. Entre a emissão da nota fiscal e sua entrega ao Fornecedor não poderá transcorrer mais de 24 (vinte e quatro) horas.

7.2.2. A nota fiscal será emitida com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, em conformidade com as exigências legais, e contendo as seguintes informações:

- a. Objeto do Contrato;
- b. Número do Contrato;
- c. Período de referência do faturamento;
- d. Conta bancária, Banco e Agência;
- e. Destaque, conforme regulação específica, das retenções incidentes sobre o faturamento (ISSQN, INSS, IRRF e outros), se houver;
- f. Destaque de valor relativo a qualquer retenção aplicada pela contratante a fim de produzir, exclusivamente, efeitos financeiros no ato de pagamento, não podendo alterar o valor total do documento fiscal.

7.2.3. Quando necessário, a fiscalização poderá exigir, junto da Nota Fiscal, a seguinte documentação:

- a. Comprovante de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Seguridade Social e com o FGTS, considerada na data de liquidação da despesa do fornecedor;
- b. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- c. GFIP do Prestador.

7.3. Recebida a nota fiscal acompanhada da documentação pertinente, a Instituição Gerenciadora verificará a sua adequação em até 10 (dez) dias consecutivos.

7.3.1. Caso seja constatada qualquer pendência, a Instituição Gerenciadora dará ciência ao Fornecedor e devolverá a nota, reiniciando o prazo de 10 (dez) dias consecutivos quando da reapresentação dos documentos.

7.3.2. A devolução de nota fiscal pela Instituição Gerenciadora não importará na suspensão da execução dos serviços ou fornecimento pelo Fornecedor, nem o eximirá de realizar o pagamento devido a seus empregados ou de adimplir qualquer obrigação financeira decorrente da execução da Ata.



7.4. Verificada a adequação da nota fiscal e dos documentos emitidos, o pagamento será efetuado, em moeda nacional, por meio de ordem bancária, observando o seguinte planejamento:

- a. As Notas Fiscais emitidas entre os dias 06 e 15 do mês corrente serão pagas no dia 05 do mês subsequente;
- b. As Notas Fiscais emitidas entre os dias 16 e 25 do mês corrente serão pagas no dia 15 do mês subsequente;
- c. As Notas Fiscais emitidas entre os dias 26 e 05 do mês corrente serão pagas no próximo dia 25;

7.5. Todos os ônus fiscais que incidam ou venham a incidir sobre os preços serão de exclusiva responsabilidade do Fornecedor, sendo deduzidos os valores correspondentes à retenção na fonte de tributos de qualquer esfera de governo, na forma determinada na legislação vigente.

7.6. A Instituição Gerenciadora poderá sustar os pagamentos devidos à contratada e reter os créditos e/ou a garantia, no todo ou em parte, enquanto houver pendência relativa:

- a. à liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência do Fornecedor;
- b. à existência de débitos com a Instituição Gerenciadora;
- c. à existência de débitos de responsabilidade do Fornecedor, inclusive de natureza fiscal e trabalhista, relacionados com o objeto desta Ata.

7.7. As retenções acima enumeradas não constituem a Instituição Gerenciadora em mora e não geram direito a alteração de preços, atualização monetária, compensação financeira ou paralisação da prestação dos serviços ou fornecimento.

7.8. Havendo atraso de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, a taxa de compensação financeira devida pela Instituição Gerenciadora será calculada mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga; e



I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)/365; I = 0,06/365; I = 0,00016438.

TX = percentual da taxa anual igual a 6%.

8. Das sanções administrativas

8.1. É vedado ao Fornecedor descumprir total ou parcialmente as obrigações contratuais assumidas, considerando-se descumprimento contratual, dentre outras, as seguintes condutas:

- a. Não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obras previstas em contrato ou no Edital e Termo de Referência respectivo, quando aplicável.
- b. Paralisação desautorizada, ou atraso no fornecimento de bens, na prestação de serviços ou na execução de obra ou de suas etapas;
- c. Entrega de mercadoria falsificada, furtada, roubada, receptada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso;
- d. Alteração de qualidade ou quantidade dos serviços/produtos fornecidos;
- e. Prestação de serviço ou fornecimento de qualidade inferior ao pactuado;
- f. Não quitação de débitos junto ao Sesc em Minas.

8.2. É igualmente vedado ao Fornecedor a conduta ou omissão que configure inobservância à legislação vigente, à boa-fé objetiva, ou aos deveres anexos do contrato (informação, fidelidade, respeito, cooperação e confiança).

8.3. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a Instituição Gerenciadora poderá aplicar ao Fornecedor, separadas ou cumulativamente, as seguintes sanções:

- a. Multa moratória;
- b. Multa por inadimplemento de até 25% do valor total da Ata ou da licitação, quando inexistente a Ata;
- c. Suspensão temporária do direito de licitar ou contratar com o Sesc, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d. Rescisão unilateral por inadimplemento do Fornecedor.



8.4. A aplicação de uma penalidade mais grave independe da anterior aplicação de penalidade mais leve.

8.5. No caso de descumprimento pelo Fornecedor dos prazos previstos nesta Ata, no edital e seus anexos, ou nos demais documentos formalizados ao longo da vigência da Ata, será aplicável multa moratória calculada no percentual de 0,33% (trinta e três décimos por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do material, serviço, etapa ou marco contratual entregue em atraso.

8.5.1. A multa moratória será descontada diretamente no pagamento fornecimento entregue em atraso, independente da aplicação das demais multas estipuladas nesta Cláusula.

8.6. A aplicação das multas previstas nesta cláusula não impede a incidência de indenização suplementar caso os prejuízos sofridos pela Instituição Gerenciadora excedam o valor da multa fixada.

8.7. O valor da multa aplicada poderá ser retido dos pagamentos devidos pela Instituição Gerenciadora e da garantia contratual prestada pelo Fornecedor, quando houver.

9. Do cancelamento da Ata de Registro de Preços

9.1. A Instituição Gerenciadora poderá cancelar a presente Ata por razões de seu interesse, de alta relevância, bem como nas seguintes situações:

- a. ocorrência de caso fortuito ou de força maior que impeça a continuidade desta Ata;
- b. decretação de falência ou instauração de insolvência civil, dissolução da sociedade, ou o falecimento do Fornecedor;
- c. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura do Fornecedor que prejudique a execução do objeto contratual.

9.2. A Ata também poderá ser rescindida de forma amigável, por acordo entre as partes.

10. Das disposições finais

10.1. Qualquer ajuste complementar entre as partes que crie ou altere direitos e obrigações deverá ser formalizado por escrito entre as partes. Todas as notificações



e entendimentos entre a Instituição Gerenciadora e o Fornecedor serão realizados por escrito.

10.2. O Fornecedor não pode caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, nem transferir ou ceder os direitos e obrigações desta Ata, salvo mediante autorização prévia e expressa da Instituição Gerenciadora.

10.3. A eventual abstenção da Instituição Gerenciadora no uso de seus direitos, ou a não aplicação de penalidades não será considerada novação ou renúncia.

10.4. O foro da presente Ata é o da Comarca de Belo Horizonte/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

Belo Horizonte, _____ de _____ de _____.

**Instituição
Gerencia-
dora**

Escolher um item.

**SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO –
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Fornecedor

NOME EMPRESA

Testemunha 1

Nome Testemunha

Testemunha 2

Nome Testemunha



Anexo A – Quadro de preços registrados

A. Dados do fornecedor

Fornecedor
CNPJ
Endereço
Telefone
E-mail
Rep. Legal

B. Descrição do objeto

Lote/Item XXXX	Item
	Descritivo
	Nº de registro ANVISA
	Marca/Modelo
	Quantitativo
	Unidade de medida
	Valor unitário
	Valor total:

Fornecedor

Nome Representante
NOME DA EMPRESA

Testemunha 1

Nome Testemunha

Testemunha 2

Nome Testemunha

**Anexo B – Formulário para Fornecimento**

Nº do Pedido:

Nome e Cargo do Fiscal:

Email e Telefone do Fiscal:

Unidade Demandante:

Endereço de Entrega:

Solicito a Execução dos Seguintes Itens:

Item	Descrição	Quantidade Solicitada	Quantidade Fornecida

Obs. (i) Nenhum item deverá ser executado antes de cumpridas as formalidades de recebimento, aceitação e registro no competente instrumento de controle. (ii) O fornecimento de itens somente será procedido através de encaminhamento do presente Formulário para Fornecimento devidamente preenchido e assinado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços (iii) Este Formulário deve ser impresso e anexado ao processo administrativo correspondente.